

# Moção para a melhoria da eficiência energética em edifícios: salvar o clima sem deixar ninguém para trás

*Data de entrega: 23 de Fevereiro 2022*

As alterações climáticas são um dos principais desafios do século XXI, com a década passada a ser a mais quente de que há registo. O Círculo Temático de Ecologia e Desenvolvimento Sustentável (CT-Eco) considera que a execução de medidas de mitigação e adaptação não pode ser evitada. Com uma estimativa que um aquecimento global de 3°C resultaria numa perda anual de 170 mil milhões de EUR (1,36 % do PIB da UE), urge alterar a perceção de que adaptação é meramente um custo. Aliás, tanto a adaptação como a mitigação constituem oportunidades de rentabilização de medidas: agricultura, florestas, transição energética e economia circular, entre outros. O impacto das alterações climáticas é transversal a todos os setores da sociedade e economia, e por isso é essencial que esta adaptação seja feita em vários níveis governamentais, nunca excluindo o poder local. O LIVRE é atualmente o partido de esquerda que assume de forma mais veemente a agenda climática e um desenvolvimento ecológico, com uma economia e desenvolvimento sustentável. Considerando o contexto nacional, o CT-Eco apresenta quatro propostas para orientar as próximas ações do Partido.

Cerca de 1,9 milhões de portugueses não conseguem manter a casa aquecida nos meses frios, enquanto nos meses mais quentes, 3,7 milhões, sofrem com o calor. Portugal tem um lugar de destaque no ranking europeu de pobreza energética. É previsível que o país se torne cada vez mais afetado por fenómenos naturais devastadores (inundações, calor extremo e secas). A prioridade deve ser a população, especialmente a mais desprotegida economicamente, que precisa de respostas urgentes para estes cenários. Portugal é também um país que depende do estrangeiro no abastecimento de eletricidade, pelo que a redução dessa dependência deverá ser também um objetivo. Num cenário em que a regulação da temperatura pode traduzir-se em picos energéticos sazonais, é preciso salvaguardar o abastecimento de eletricidade, promovendo o potencial produtivo interno, nomeadamente a partir de fontes de energia verdes e renováveis e, sempre que possível, de pequena escala, sendo exemplo as Comunidades de Energia Renovável.

Sendo assim, propomos quatro linhas de ação para a continuidade deste tema no LIVRE:

**1. Desenvolvimento ecológico e ação social das medidas ecológicas:** A adaptação às alterações climáticas deve ser feita de forma inteligente, e as ações de investigação e desenvolvimento devem ser financiadas de forma a reunir mais e melhores dados para alimentar as plataformas de avaliação de risco. É essencial que estas plataformas sejam de acesso público e de fácil utilização, como previsto no Pacto Verde Europeu. Esta proposta vai também ao encontro da promoção do emprego científico, um outro estandarte do partido. Temos que apoiar as micro, pequenas e médias empresas na transformação da economia para que esta seja realizável, subsidiando-as com capital público e acesso a crédito simplificado. É igualmente importante que estes apoios sejam distribuídos de forma transparente. Como já foi referido, o desafio das alterações climáticas pode ser uma oportunidade de desenvolvimento. O

investimento na eficiência energética e em infraestruturas adaptadas às alterações climáticas compensa pois durará várias décadas. A utilização eficiente dos recursos permite às empresas uma redução de custos, podendo promover o aumento dos salários, a redução dos preços, e também, o reinvestimento no negócio. Tem ainda que ser facilitado o acesso a serviços de consultoria que formem e informem a sociedade, indicando soluções e boas práticas com incentivos fiscais para empresas e famílias que façam escolhas ecologicamente sustentáveis. Por fim, não deve ser esquecido o programa político:

*Deve estudar-se a criação de uma eco-taxa, a ser aplicada em todos os setores, sempre que se verifique um impacto ambiental acima do considerado necessário e razoável. A totalidade do valor obtido através desta eco-taxa seria investido em projetos de caráter ambiental e como fonte para os diferentes incentivos financeiros na área ambiental.*

**2. Apoio à população vulnerável e em pobreza energética:** O LIVRE tem de apoiar projetos com vista ao desenvolvimento de estratégias inclusivas de combate à pobreza energética e de aumento da eficiência no consumo de energia que sejam universalmente acessíveis. A maior parte da população portuguesa, e particularmente os grupos mais vulneráveis, tende a passar a maior parte do seu tempo em edifícios com baixas condições de habitabilidade, expostas a fenómenos extremos de temperatura e humidade. A precariedade habitacional e do restante edificado, incluindo o público, contribui grandemente para problemas de saúde crónicos de aparecimento precoce nas crianças e jovens. Neste sentido, as medidas tomadas devem abranger também as instalações públicas (ex: escolas, centros de dia, lares e hospitais).

**3. Contribuir para a criação de gabinetes locais de energia:** Os desafios de adaptação são locais e específicos e por isso deve ser priorizada uma política ao nível das autarquias, começando com o levantamento das necessidades energéticas específicas. Deve haver responsabilização na implementação de estratégias de apoio a nível local. É imperativo reduzir as temperaturas urbanas como resposta a ondas de calor. O aumento da vegetação, com presença e acessibilidade a áreas verdes, são mecanismos que dão acesso a espaços de arrefecimento. Deve haver ações de proximidade junto da população na promoção do consumo eficiente de energia. Preparar o parque imobiliário para suportar os impactos das alterações climáticas com soluções como os projetos PowerPoor, ou o Ponto Transição. Estes devem ser incentivados e ter acesso a financiamento específico. Deve promover-se a renovação e reabilitação dos edifícios atuais, sobretudo do respetivo isolamento térmico e climatização passiva, bem como a substituição dos equipamentos pouco eficientes em fim de vida. É preciso especial cuidado em garantir que as habitações (particularmente edificado novo), ao serem otimizados para a acumulação de calor durante o Inverno, não correm o risco de sobreaquecimento no Verão. Deve-se promover incentivos para a implementação do auto-consumo de energia elétrica renovável, nomeadamente na redução do IVA, IRS, IRC e IMI (casas mais eficientes com menor valor de IMI).

**4. Intensificar a ação internacional:** as alterações climáticas são também um fenómeno global, sendo importante participar e promover ações conjuntas particularmente com a EU e os PALOP. Deve ser incentivada a partilha de conhecimentos, de informação e a formação de especialistas. É particularmente importante o estudo e partilha de projetos que tenham sido implementados com sucesso.

**À consideração do XII do Congresso do LIVRE,**

**Subscritores:**

Diana Almeida

Flávio Oliveira

Ana Raposo Marques

André Lopes

Carla Sofia do Carmo

Inês Pires

Patrícia Robalo

André Balças

**Restantes Subscritores:**

Ana Isabel Cardoso Moreira  
Ana Luísa Reis Natário  
Anabela Peixoto Ferreira  
André João Maurício Leitão do Valle Wemans  
André Pinheiro Pires  
Angela Marina Carvalho Marques  
António Veríssimo Caneira  
Augusto Manuel Oliveira Ramoa Rodrigues  
Carlos Aldo Santos Oliveira  
Diamantino José Videira Matos Raposinho  
Diogo Alexandre Rodrigues Almeida  
Eduardo de Carvalho Viana  
Fábio Cipriano Ventura  
Filipe Ramos Alves  
Florabela Martins do Carmo  
Francisco Azevedo Mendes Pereira Costa  
Francisco Ferreira da Silva Paupério  
Francisco Maria Abreu do Nascimento Lampreia Burnay  
Henrique Rezende de Castro  
Hugo Manuel Fernandes Rajão  
Ivo José Melim Freitas  
João David Barata Rodrigues  
João Filipe Narciso Figueira Mira  
João Luís Silva  
João Manuel Aiveca Caseiro  
João Miguel Viegas Gaspar  
João Pedro Adriano Gaspar  
João Pedro Marafusta Bernardo  
Jorge Pinto  
José Alberto Alvarez de Bettencourt  
José Joaquim Azevedo de Araújo  
Julio Antonio Machado Santos  
Leonardo Calé  
Luís Miguel Morais Soares  
Manuel Barbosa Lopes  
Manuel Cândido Nunes Mariano  
Maria do Rosário da Conceição Esteves Pereira  
Maria João Duarte Nobre Pereira Bernardo  
Maria Teresa Braga Paixão de Almeida Leitão  
Maria Teresa Janela Pinto  
Mário Jorge Ramos de Almeida  
Mário Rui Silva Barreira  
Marta Filipa de Sousa Ramos  
Martim Miguel Gomes da Costa de Brito Barreto  
Michel Fernandes Lopes  
Miguel Cristóvão dos Santos

Miguel João Paiva Bento  
Miguel José Graça Pereira de Oliveira  
Miguel Nogueira  
Nuno Miguel Brás Rolo  
Nuno Miguel Martins dos Santos Arada  
Paulo Carraca  
Pedro Diogo Duarte Alves Gonçalves  
Pedro Manuel Cravino Serra  
Rita Pedro Teixeira Soares  
Rui Manuel Moreira Vidal Simões  
Rui Manuel Pereira Matias  
Sandra Isabel Lourenço da Silva Estevam  
Sandro Miguel Bento Dias Santos  
Telmo Emanuel Rijo Julião  
Teresa Salomé Alves da Mota  
Tiago Cruz Carvalho  
Tiago Filipe Godinho Mota  
Tiago Filipe Viegas Correia  
Tiago Miguel Martins da Silva  
Vera Gomes  
Vitor Emanuel Andrade André